

**HUGO NIGRO MAZZILLI**

Professor Emérito da Escola Superior  
do Ministério Público de São Paulo.

# **INTRODUÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO**

9ª edição

**2015**





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP

CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

*Capa* Leon Denis Matheus

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Intergraf Ind. Gráfica Eireli

*Acobamento* Intergraf Ind. Gráfica Eireli

ISBN 978-85-02-61611-0

**Mazzilli, Hugo Nigro**

**Introdução ao Ministério Público / Hugo Nigro Mazzilli.**  
— 9. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Ministério Público - Leis e legislação - Brasil  
I. Título.

**CDU-347.963(81)(094)**

Índices para catálogo sistemático:

- |   |                  |
|---|------------------|
| 1. Brasil : Leis : Ministério Público : |                  |
| Direito processual                      | 347.963(81)(094) |
| 2. Leis : Ministério Público : Brasil : |                  |
| Direito processual                      | 347.963(81)(094) |
| 3. Lei Orgânica do Ministério Público : |                  |
| Brasil : Direito processual             | 347.963(81)(094) |

**Data de fechamento da edição: 1º-10-2014**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecida na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

106.883.009.001

967310

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i> .....	5
<i>Breve currículo do autor</i> .....	11
<i>Nota à 9ª edição</i> .....	15
<i>Siglas e abreviaturas</i> .....	17

### CAPÍTULO 1

#### ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Perfil constitucional .....	35
2. Raízes remotas .....	36
3. Origem mais mencionada .....	36
4. Origens lusitanas do Ministério Público brasileiro .....	37
5. Conclusão sobre as origens da instituição .....	37
6. Origem da expressão “Ministério Público” .....	38

## CAPÍTULO 2

### O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

1. Do Brasil-Colônia aos nossos dias .....	39
2. O Ministério Público nas Constituições anteriores.....	41
3. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público .....	43
4. A Lei Orgânica do Ministério Público da União .....	43
5. O Ministério Público paulista .....	43

## CAPÍTULO 3

### VISÃO CRÍTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A formação profissional do promotor de Justiça .....	47
2. O recrutamento do promotor de Justiça .....	48
3. Campo de atuação do Ministério Público .....	50
4. As primeiras dificuldades do promotor de Justiça.....	51
5. Destinação institucional .....	52
6. A presença social do Ministério Público .....	53
7. O Ministério Público e a ética .....	55
a) Os deveres, as proibições e os impedimentos .....	55
b) Os preceitos éticos .....	55

## CAPÍTULO 4

### TRABALHOS PREPARATÓRIOS

### PARA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Origens próximas do texto constitucional de 1988.....	57
2. Antecedentes da <i>Carta de Curitiba</i> .....	58
a) O VI Congresso Nacional do Ministério Público.....	58

b) A pesquisa da Conamp.....	58
c) O Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais...	59
3. A <i>Carta de Curitiba</i> .....	60

## CAPÍTULO 5

### ANÁLISE DO TEXTO CONSTITUCIONAL

1. Visão geral.....	64
2. Posicionamento constitucional.....	66
3. Dispositivos comuns.....	67
4. Conceito .....	68
a) Instituição permanente.....	68
b) Zelo das principais formas de interesse público.....	68
c) O Ministério Público e a função jurisdicional.....	69
d) A defesa da ordem jurídica .....	70
e) Ministério Público e democracia.....	70
f) Defesa dos interesses indisponíveis.....	71
5. Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência.....	72
a) Generalidades .....	72
b) Os limites da independência funcional .....	74
c) A atuação uniforme da instituição .....	75
6. O princípio do promotor natural e as designações do procurador-geral.....	75
a) O promotor natural .....	75
b) O poder de designar .....	76
c) A recusa do designado .....	78
d) Controvérsias sobre as diligências no inquérito policial ...	78
7. Hierarquia e independência .....	79
8. Unidade e indivisibilidade do Ministério Público diante da incompetência do juízo .....	80
9. Autonomia institucional .....	80

## 26 — ÍNDICE SISTEMÁTICO

a) A autonomia funcional da instituição .....	81
b) Autonomia administrativa e financeira .....	81
c) A excoecutoriedade dos atos .....	83
d) Iniciativa do processo legislativo .....	84
10. Os vários Ministérios Públicos .....	85
a) Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados .....	85
b) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios .....	85
c) Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar .....	85
11. O Ministério Público de Contas .....	86
12. O procurador-geral da República .....	86
a) Quem pode ser procurador-geral da República .....	87
b) Destituição do procurador-geral da República .....	87
c) Substituição do procurador-geral da República .....	88
13. Os demais procuradores-gerais .....	89
a) A investidura .....	89
b) A vacância do cargo .....	90
c) A destituição .....	90
d) A substituição .....	93
e) Apreciação conclusiva .....	93
14. Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....	94
15. Organização, atribuições e estatuto .....	94
16. Garantias e prerrogativas .....	96
a) Independência funcional, inamovibilidade e promotor natural .....	98
b) Vitaliciedade e perda do cargo .....	100
c) Irredutibilidade de subsídios .....	102
d) A questão do teto remuneratório .....	104
e) Foro por prerrogativa de função .....	105
f) Promoção .....	110
g) Aposentadoria .....	113
h) Direitos previdenciários .....	113
i) Responsabilidade .....	113
17. Vedações .....	114

a) Generalidades .....	114
b) Recebimento de honorários ou custas .....	114
c) Exercício da advocacia .....	115
d) Participação em sociedade comercial .....	115
e) Outra função pública .....	116
f) Atividade político-partidária .....	118
g) Recebimento de auxílios ou contribuições .....	120
h) Exercício posterior da advocacia .....	120
i) A chamada Lei da Mordada .....	121
j) Limites à medida provisória .....	121
k) Impedimento e suspeição .....	122
l) Sanções aos membros do Ministério Público .....	122
18. Crítica ao sistema de garantias e vedações .....	123
a) Escolha do procurador-geral .....	123
b) Inamovibilidade .....	123
c) Irredutibilidade de subsídios .....	124
d) Vedações .....	125
e) Redução de garantias pelo poder constituinte derivado ...	125
19. A opção pelo regime anterior .....	126
20. A isonomia de subsídios .....	126
a) Generalidades .....	126
b) Cargos .....	127
c) Agentes .....	127
d) Funções .....	128
e) Atributos gerais .....	128
21. Funções típicas .....	128
22. Funções atípicas .....	128
23. Objetivo comum nas funções típicas e atípicas .....	131
a) Generalidades .....	131
b) O Ministério Público é parte imparcial? .....	132
24. Funções privativas e concorrentes e instrumentos de atuação funcional .....	133
a) Ação penal pública .....	133
b) O defensor do povo .....	139

c) A promoção da ação civil pública e do inquérito civil .....	142
d) Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva .....	145
e) Defesa dos interesses das populações indígenas .....	146
f) Notificações e requisições .....	148
g) Acesso a informações sigilosas .....	150
h) Controle externo da atividade policial .....	150
i) Norma de encerramento .....	154
j) Legitimação concorrente .....	154
k) Distribuição de processos .....	155
25. Vedação de promotor <i>ad hoc</i> .....	155
26. Residência na comarca .....	156
27. Concurso de ingresso .....	157
28. A representação da Fazenda .....	160
29. Dispositivos extravagantes .....	160
30. O chamado <i>quinto constitucional</i> .....	162
31. O Conselho Nacional do Ministério Público .....	163
32. As Ouvidorias do Ministério Público .....	168
33. A legislação sobre o Ministério Público .....	169
34. Conclusão .....	169

## CAPÍTULO 6

### A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público .....	172
a) Antecedentes legislativos .....	172
b) A natureza jurídica da LONMP .....	172
c) Consequências da Lei n. 8.625/93 .....	173
2. Conceituação de Ministério Público .....	174



---

3. Disposições gerais da Lei n. 8.625/93 .....	175
4. Órgãos do Ministério Público .....	175
5. Órgãos de administração .....	175
a) A Procuradoria-Geral de Justiça .....	176
b) O Colégio de Procuradores de Justiça .....	179
c) O Conselho Superior do Ministério Público .....	180
d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público .....	181
e) As Procuradorias e as Promotorias de Justiça .....	182
6. Órgãos de execução .....	183
a) Atribuições comuns .....	183
b) O procurador-geral de Justiça .....	183
c) O Colégio de Procuradores de Justiça .....	184
d) O Conselho Superior do Ministério Público .....	185
e) Os procuradores de Justiça .....	185
f) Os promotores de Justiça .....	186
g) Os atos executórios .....	188
7. Órgãos auxiliares .....	188
a) Os centros de apoio operacional .....	188
b) A comissão de concurso de ingresso .....	188
c) O centro de estudos e aperfeiçoamento funcional .....	188
8. Atividades auxiliares .....	189
a) Atividades de apoio administrativo .....	189
b) Os estagiários .....	189
c) A Comissão Processante Permanente .....	190
9. Pluralidade de membros no mesmo feito .....	190
a) A posição clássica .....	190
b) Insuficiência da solução clássica .....	191
c) As atribuições previstas na legislação estadual .....	192
d) Um único membro no processo ou procedimento .....	192
e) A curadoria especial do réu ausente .....	194
f) Critérios para a solução dos conflitos .....	194
10. Foro por prerrogativa de função .....	198
11. Demais garantias e prerrogativas .....	199

## 30 — ÍNDICE SISTEMÁTICO

---

12. Deveres .....	204
13. Faltas e penalidades .....	206
a) Infrações disciplinares .....	206
b) Sanções disciplinares .....	207
c) As penas em espécie .....	208
d) A remoção compulsória .....	210
e) Critérios para aplicar a pena .....	211
f) A prescrição das infrações disciplinares .....	211
g) A disponibilidade .....	212
h) O procedimento disciplinar de ofício .....	213
14. Responsabilidade penal, civil, administrativa e política .....	213
15. Processo administrativo .....	214
16. Subsídios, vantagens e direitos .....	216
17. Contagem de tempo de serviço .....	217
18. O direito a férias .....	218
19. Os atos praticados nas férias .....	219
20. Afastamentos do cargo .....	221
21. A carreira .....	222
22. Defesa da União e consultoria das entidades públicas .....	231
23. Justiça Eleitoral .....	232
24. Justiça Militar Estadual .....	235
25. Atuação junto aos Tribunais de Contas .....	236
26. Proibição de promotor <i>ad hoc</i> .....	237
27. Promoção direta de diligências .....	240
28. Conflitos de atribuições .....	242
29. Dia do Ministério Público .....	245
30. Os vetos .....	246
31. Impedimento e suspeição .....	247

## CAPÍTULO 7

### A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1. O Ministério Público da União.....	251
2. As atribuições do Ministério Público na LC n. 75/93 .....	252
3. Órgãos do Ministério Público da União.....	260
4. Órgãos do Ministério Público Federal .....	260
a) A chefia do Ministério Público Federal .....	261
b) O Colégio de Procuradores da República .....	261
c) O Conselho Superior do Ministério Público Federal.....	261
d) As Câmaras de Coordenação e Revisão.....	262
e) A Corregedoria do Ministério Público Federal.....	263
f) Os subprocuradores-gerais da República.....	263
g) Os procuradores regionais da República .....	264
h) Os procuradores da República.....	264
i) As funções eleitorais do Ministério Público Federal .....	265
5. Os outros ramos do Ministério Público da União.....	265
a) A organização do Ministério Público do Trabalho .....	266
b) A organização do Ministério Público Militar .....	268
c) A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios .....	269

## CAPÍTULO 8

### A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

1. Antecedentes legislativos .....	273
2. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público .....	274

3. Os poderes do procurador-geral .....	279
4. Organização e estatuto do Ministério Público paulista.....	280
5. A carreira do Ministério Público paulista.....	282
6. Deveres e vedações.....	283
7. Infrações disciplinares .....	284
8. Direitos .....	284
9. Garantias e prerrogativas.....	285
10. Regime disciplinar .....	285
11. Penalidades administrativas.....	286
12. Processo disciplinar .....	288
13. Disposições finais e transitórias.....	289

## CAPÍTULO 9

### ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL

1. O processo penal em geral .....	291
2. O inquérito policial .....	292
a) O controle externo da atividade policial.....	292
b) O promotor que investiga os fatos.....	292
c) O arquivamento do inquérito policial junto aos tribunais .....	293
d) A constitucionalidade do arquivamento de inquéritos .....	294
3. O Ministério Público é parte no processo penal .....	295
4. <i>A parte imparcial</i> .....	295
5. Atribuições do promotor de Justiça criminal.....	296
6. Recomendações diversas .....	297
7. O princípio da titularidade da ação penal .....	299
8. A ação penal subsidiária .....	299
9. O processo acusatório .....	299
10. O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública .....	300

11. Ação penal dependente de representação.....	301
12. A ação penal pública incondicionada .....	302
13. O arquivamento de inquérito em caso de legítima defesa ....	303
14. Promotorias especializadas .....	304
15. Algumas cautelas nos juizados especiais criminais .....	305

## CAPÍTULO 10

### ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

1. O processo civil em geral.....	307
2. A obrigatoriedade da ação civil pública .....	309
3. A não propositura da ação civil pública.....	309
4. O Ministério Público parte e fiscal da lei .....	309
5. A obrigatoriedade de assumir a ação .....	310
6. A desistência pelo Ministério Público .....	310
7. Desistência e renúncia do recurso.....	310
8. A transação.....	311
9. A obrigatoriedade da execução.....	311
10. Atuação interventiva .....	312
11. Vinculação ou desvinculação ao interesse .....	312
12. Limites da atuação vinculada .....	313
13. Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte ....	313
14. Hipóteses de intervenção protetiva .....	314
15. Promotoria de Justiça cível .....	314
16. Promotoria de Justiça de falências.....	315
17. Promotoria de Justiça de acidentes do trabalho.....	316
18. Promotoria de Justiça de família.....	316
19. Promotoria de Justiça da infância e da juventude .....	317
20. Promotoria de Justiça de registros públicos .....	317

21. Promotoria de Justiça do meio ambiente .....	318
22. Promotoria de Justiça do consumidor .....	318
23. Promotoria de Justiça de mandados de segurança.....	318
24. Promotoria de Justiça do patrimônio público e social .....	319
25. Promotoria de Justiça de habitação e urbanismo .....	320
26. Promotoria de Justiça de direitos humanos .....	320
27. Promotoria de Justiça de repressão à sonegação fiscal.....	321

## CAPÍTULO 11

### RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A responsabilidade dos agentes públicos .....	323
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público .....	324
3. A atividade opinativa.....	326
4. A questão da responsabilidade por culpa.....	326
5. A ação de responsabilidade civil .....	327
6. A denúncia da lide.....	327
7. A responsabilização por medida provisória .....	327
8. Responsabilidade política .....	327
9. Litigância de má-fé.....	328
10. Considerações finais e conclusões.....	328
<i>Bibliografia específica .....</i>	<i>329</i>
<i>Índice alfabético-remissivo .....</i>	<i>339</i>